Ministério da Integração Regional

GABINETE DO MINISTRO RETIFICAÇÃO

Na Portaria 199, de 21 de março de 1994, publicada no D.O.U de 28/03/94, pag. 4512-Seção I, Onde lê-se, Convênio 250/89-SP e Convênio 186/86-RJ, Leia-se Convênio 250/88-SP e Convênio 186/89-RJ.

(Of. nº 447/94)

Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 62-N, 9 DE JUNHO DE 1994

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, e art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 445, de 16 de agosto de 1989,

- considerando o descumprimento por parte do Sr. Antonio Augusto Rodrigues Cruz, das exigências legais previstas na Portaria nº 092/88, resolve:

Art. 1º - Cancelar o registro de Criadouro com Finalidade Comercial, concedido ao Sr. Antonio Augusto Rodrigues Cruz, através da Portaria nº 092, de 14 de abril de 1988, publicada no Diário Oficial da União nº 075, de 22 de abril de 1988, Seção I, página nº 6.967, Processo nº 4138/86-IBDF-AC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 092, de 14 de abril de 1988.

NILDE LAGO PINHEIRO

PORTARIA Nº 63-N, DE 9 JUNHO DE 1994

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, e art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 445, de 16 de agosto de 1989,

- considerando o descumprimento por parte da SARANÁ - Agropecuária São Bento do Paraná Ltda, das exigências legais previstas na Portaria nº 490/84, resolve:

Art. 1º - Cancelar o registro de Criadouro com Finalidade Cultural e Científica, concedido à SARANÁ - Agropecuária São Bento do Paraná Ltda, através da Portaria nº 490, de 06 de novembro de 1984, publicada no Diário Oficial da União, de 08 de novembro de 1984, Seção I, página nº 16.435, Processo nº 4098/84-AC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 490, de 06 de novembro de 1984.

NILDE LAGO PINHEIRO

(Ofs. nºs 582 e 583/94)

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Procuradoria-Geral da República

PORTARIA Nº 535, DE 6 DE JUNHO DE 1994

Institui a Carteira de Identidade Especial dos Membros do Ministério Público da União e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na letra "f" do artigo 18 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º - Fica instituída, com fé pública em todo o território nacional, a Carteira de Identidade Especial dos Membros do Ministério Público da União, na forma dos modelos 1 e 2 e correspondentes características constantes do ANEXO desta Portaria, a ser expedida pelas respectivas Procuradorias Gerais.

Art. 2º - A carteira a que se refere o artigo anterior, assegura ao seu titular as prerrogativas constantes do inciso I, alíneas "c", "d" e "e", e do inciso II, alíneas "d", "e" e "f" e Parágrafo único do artigo 18 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, a seguir transcritas:

- ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio;

- a prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente;

- o porte de arma, independentemente de autorização;

- ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral, sob pena de responsabilidade;

- ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final; e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;

- não ser indiciado em inquérito policial, observado o seguinte procedimento: quando, no curso de investigação, houver indício da prática de infração penal por Membro do Ministério Público da União, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente os autos ao Procurador-Geral da República, que designará Membro do Ministério Público para prosseguimento da apuração do fato.

Art. 3º - As Carteiras de Identidade Especial substituirão as Carteiras de Identidade Funcional instituídas pelo Decreto nº 92.696, de 20 de maio de 1986, mantendo a mesma numeração destas.

Parágrafo Único - Ocorrendo a aposentadoria, a Carteira será substituída por outra em que se indique essa circunstância, na forma do modelo 2, sem alteração do número.

Art. 4º - A Carteira de Identidade Especial dos Membros do Ministério Público da União será assinada pelo Procurador-Geral da República.

Art. 5º - O Procurador-Geral da República poderá delegar competência aos Procuradores-Gerais para, no âmbito de sua atuação, assinarem as Carteiras de Identidade Especial.

Art. 6º - A Cédula de Identidade Funcional instituída pela Portaria PGR Nº 321, de 08 de junho de 1992, terá as mesmas características da Carteira de Identidade Especial, na forma dos modelos 3 e 4.

Art. 7º - Quando exonerado ou demitido de seu cargo no Ministério Público da União, o titular da Carteira de Identidade Especial deverá devolvê-la ao Procurador-Geral, juntamente com a Cédula de Identidade Funcional.

Art. 8º - As Procuradorias Gerais manterão livro próprio em que serão registrados a expedição, a substituição, o cancelamento ou a devolução da Carteira Especial de Identidade e da Cédula de Identidade Funcional.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

ANEXO

CARACTERÍSTICAS: 1) Dimensões: carteira aberta - 11 cm x 21 cm; 2) Externamente: em couro, com as Armas da República e o nome do Ministério a que pertence o portador, em impressão dourada; 3) Internamente, dividida em três partes e com duas dobras: a) a primeira, em papel branco com as Armas da República em marca d'água e faixa diagonal verde-amarela; b) a parte central, em que será fixado um escudo em bronze com as Armas da República; c) a terceira parte, em papel branco com as Armas da República em marca d'água.

MODELO 1

<p>MINISTÉRIO PÚBLICO</p> <p>CARTEIRA Nº _____</p> <p>NOME _____</p> <p>CARGO _____</p> <p>FILIAÇÃO _____</p> <p>DATA DE NASCIMENTO _____</p> <p>IDENTIDADE Nº _____</p> <p>ÓRGÃO EXPEDIDOR _____</p> <p>ASSINATURA _____</p>	<p>ARMAS DA REPÚBLICA (em bronze)</p>	<p>CARTEIRA DE IDENTIDADE ESPECIAL EXPEDIDA NA FORMA DA LETRA "F" DO ART. 18 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993.</p> <p>Nome _____</p> <p>É assegurado ao portador ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, a prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente; porte de arma, independentemente de autorização; ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral, sob pena de responsabilidade; ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final; e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena; não ser indiciado em inquérito policial, observado o seguinte procedimento: quando, no curso de investigação, houver indício da prática de infração penal por membro do Ministério Público da União, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente os autos ao Procurador-Geral da República, que designará membro do Ministério Público para prosseguimento da apuração do fato.</p> <p>Brasília-DF, de _____ de 1994</p> <p>PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</p>
---	---	--

MODELO 2

MINISTÉRIO PÚBLICO CARTEIRA Nº _____ Nome _____ CARGO _____ FILIAÇÃO _____ DATA DE NASCIMENTO _____ IDENTIDADE Nº _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR _____ ASSINATURA _____	3x2 ARMAS DA REPÚBLICA (em bronze)	CARTEIRA DE IDENTIDADE ESPECIAL EXPEDIDA DE ACORDO COM A LEI Nº 535, DE 06.06.94 DA LEI Nº 535, DE 06.06.94 Nome _____ APOSENTADO É assegurado ao portador o porte de arma independentemente de autorização ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena (art. 234 da LC nº 75/93) Brasília DF de _____ de 1993 PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
--	--	---

CARACTERÍSTICAS: 1) Dimensões: 9cm x 6cm; 2)Côr: vermelha; 3) Faixa diagonal verde-amarela.

MODELO 3

Cédula Nº _____ Expedida em _____ Foto 3x2 Assinatura _____	É assegurado ao portador ingresso e uso de livras em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitadas a garantia constitucional de inviolabilidade do domicílio, a privacidade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente para de arma independentemente de autorização ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade terá imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral, sob pena de responsabilidade ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena não ser indiciado um inquérito policial, observado o disposto no § único do art. 16 da LC nº 75/93.
--	--

MODELO 4

Cédula Nº _____ Expedida em _____ Foto 3x2 Assinatura _____	APOSENTADO É assegurado ao portador o porte de arma, independentemente de autorização ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena (art. 234 da LC nº 75/93)
--	--

MINISTÉRIO PÚBLICO (Instituída pela Portaria nº 535, de 06.06.94)	
Nome _____	
Cargo _____	
Filiação _____	
Nacionalidade _____	Data do Nascimento _____
RG _____	CPF _____
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	

MINISTÉRIO PÚBLICO (Instituída pela Portaria nº 535, de 06.06.94)	
Nome _____	
Cargo _____	
Filiação _____	
Nacionalidade _____	Data do Nascimento _____
RG _____	CPF _____
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	

PORTARIA Nº 539, DE 7 DE JUNHO DE 1994

Institui a Cédula de Identidade Funcional dos servidores do Ministério Público da União.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Fica instituída, com fé pública em todo o território nacional, a Cédula de Identidade Funcional dos servidores do Ministério Público da União, na forma dos modelos 1 e 2 e correspondentes características constantes do ANEXO desta Portaria, a ser expedida pelas respectivas Procuradorias Gerais.

Art. 2º - A Cédula de Identidade Funcional expedida pelo Ministério Público Federal, será assinada pelo Secretário de Pessoal; e as expedidas pelos demais ramos, serão assinadas pelos respectivos Diretores-Gerais.

Art. 3º - A transferência, aposentadoria, exoneração ou demissão do servidor, tornam nula, de pleno direito, a Cédula de Identidade Funcional, obrigando-se o identificado a restituí-la, sob as penas da Lei.

Art. 4º - As Procuradorias Gerais manterão registro da expedição, substituição, cancelamento ou devolução da Cédula de Identidade Funcional.

Art. 5º - As atuais Cédulas de Identidade Funcional perderão sua validade no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

ANEXO

CARACTERÍSTICAS: 1) Dimensões: 9cm x 6cm; 2) Cór: vermelha; 3) Faixa diagonal verde-amarela.

MODELO 1

Cédula Nº _____ Expedida em _____ Foto 3x2 Assinatura _____	MINISTÉRIO PÚBLICO (Instituída pela Portaria nº 539, de 07.06.94)
Nome _____ Cargo/Função _____ Filiação _____ Nacionalidade _____ RG _____ Data de Nascimento _____ CPF _____ Diretor Geral	

MODELO 2

Cédula Nº _____ Expedida em _____ Foto 3x2 Assinatura _____	MINISTÉRIO PÚBLICO (Instituída pela Portaria nº 539, de 07.06.94)
Nome _____ Cargo/Função _____ Filiação _____ Nacionalidade _____ RG _____ Data de Nascimento _____ CPF _____ Diretor Geral	

(Of. nº 1.206/94)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional

5ª Região

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE MAIO DE 1994

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO-BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Ministério Público da União, Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, especialmente as normas dos artigos 84-II, 92-II e 91-XXI e XXIII;

Considerando a anexa documentação colhida ex-officio em processo trabalhista que circula por este Ministério Público do Trabalho, em razão do seu ofício junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região-Bahia, que revela violação à norma imperativa de origem constitucional quanto à exigência de Concurso Público para admissão de pessoal pelas autonomias políticas internas (C.F. art. 37-II), resolve:

1. Instaurar Inquérito Civil Público contra o município de Cruz das Almas-BA, sediado à Praça Senador Themistocles, nº 86, para apuração da irregularidade;
2. Nomear a Procuradora do Trabalho Doutora Maria Adna Aguiar do Nascimento, para presidir as apurações, adotando e/ou recomendando as providências cabíveis.

ESEQUIAS DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 35, DE 27 DE MAIO DE 1994

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO-BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Ministério Público da União, Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, especialmente as normas dos artigos 84-II, 92-II e 91-XXI e XXIII;

Considerando a anexa documentação colhida ex-officio em processo trabalhista que circula por este Ministério Público do Trabalho, em razão do seu ofício junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região-BA, que revela violação à norma imperativa de origem constitucional quanto à exigência de Concurso Público para admissão de pessoal pelas autonomias políticas internas (C.F. art. 37-II), resolve:

1. Instaurar Inquérito Civil Público contra o município de Ilhéus-BA, sediado à Praça J. J. Seabra, s/nº, para apuração da irregularidade;
2. Nomear a Procuradora do Trabalho Doutora Maria Adna Aguiar do Nascimento, para presidir as apurações, adotando e/ou recomendando as providências cabíveis.

ESEQUIAS DE OLIVEIRA